



MUSEU DO ÍNDIO

MUSEU AO VIVO

ANO IV

nº 09

Apoio:
ONU



Janeiro a abril / 93

1993: Ano Internacional dos Povos Indígenas

Por determinação da Organização das Nações Unidas - ONU, o ano de 1993 será dedicado a todos os povos indígenas do mundo, chamando a atenção da comunidade internacional para estes grupos que "são os mais vulneráveis e esquecidos do planeta". O objetivo é fortalecer a cooperação mundial para resolver os problemas que essas nações enfrentam em relação ao meio ambiente, desenvolvimento, educação, saúde e direitos humanos. (Pág. 2)

Índia Ará-Canoero



Foto: Walter Sanches



Foto: Wilsa Veloso/1944

Fotógrafo transportando material fotográfico do SPI ao Xingu (TO)

Entrevista com o cineasta Marcos de Souza Mendes, autor do filme *Heinz Foerthmann*, filme biográfico sobre o Mestre do Documentário Etnográfico Brasileiro. (Pág. 4)

EDITORIAL

Por Uma Nova Aliança

A indicação, pela Organização das Nações Unidas, de 1993 como o Ano Internacional dos Povos Indígenas, coincidindo com o 40º aniversário do Museu do Índio, enseja a oportunidade de o Museu se consolidar como centro de referência sobre essas populações.

Criado como uma instituição contra o preconceito e com a finalidade de despertar o grande público para a causa indígena, o Museu do Índio se integra nos objetivos do Ano Internacional, no sentido de divulgar junto à comunidade os problemas das populações indígenas no que diz respeito à terra, educação, saúde, recursos e tipo de desenvolvimento que desejam para as gerações futuras, além de promover a consciência da população em geral sobre a situação desses povos e as ameaças à sua sobrevivência.

O estabelecimento de relações mais igualitárias entre o Estado, a sociedade nacional e os povos indígenas, baseadas no respeito e compreensão, princípios fundamentais para a concretização do lema do Ano Internacional — "as populações indígenas: uma nova aliança" —, só se torna possível com a participação efetiva dos índios e o livre acesso às informações produzidas por eles e sobre suas populações.

Nesse sentido, o Museu do Índio procura, com base no seu valioso acervo, divulgar a diversidade e sofisticação da cultura indígena e colocar-se a serviço de um melhor conhecimento desses povos. Paralelamente, o Museu do Índio desenvolve, através de seus setores técnicos, atividades na área de publicações científicas, pesquisas etnográficas e antropológicas, além de manter atendimento a pesquisadores nacionais e estrangeiros.

Sua experiência, ao longo de 40 anos de atuação, faz com que o Museu do Índio se apresente como um instrumento eficaz em favor dos povos indígenas em sua luta pela preservação e recuperação de sua herança material e cultural e pelo reconhecimento e respeito à diversidade étnica desses povos.

O Ano Internacional dos Povos Indígenas será um marco na história da luta dessas populações e o Museu do Índio, uma vez restauradas as suas condições mínimas de funcionamento, se coloca como um espaço privilegiado, aberto ao público em geral e, principalmente, aos grupos indígenas de todo o mundo que terão, ao longo deste ano, a oportunidade de externar suas opiniões e compartilhar entre si suas preocupações e problemas.

EM FOCO

Antônio Houaiss
no Museu do Índio

Foto: Lamberton

Com o objetivo de conhecer e apoiar o projeto de revitalização do Museu do Índio, instituição detentora de um dos mais importantes acervos etnográficos da América Latina, visitaram o local, em fevereiro, Antônio Houaiss, o secretário executivo do Ministério da Cultura, Marcos Accioly, e o presidente do IBPC, Francisco de Mello Franco.

Fechado desde abril do ano passado, quando começaram as obras de recuperação do telhado, o Museu do Índio, através do apoio de entidades públicas e privadas, vem realizando obras de caráter emergencial. No momento, o esforço concentra-se na restauração do casarão do século passado, tombado pelo Patrimônio Histórico da União.

Os visitantes conheceram também o novo espaço da Biblioteca Marechal Rondon, recentemente restaurado para armazenar as 30 mil publicações com temática indígena e melhor atender ao público.

OPINIÃO

1993, Ano Internacional dos Povos Indígenas

Existe no Brasil, mais exatamente nas matas de Tocantins, uma tribo de índios, os *Avá-cacoeiro*. Depois de décadas e décadas de perseguições e massacres, essa tribo indígena tomou uma decisão dramática: auto-extermínio. A partir daí, todas as mulheres em idade fértil, assim que ficavam grávidas, provocavam o aborto, para evitar que seus filhos viessem à luz em um mundo tão hostil. Com isso, os *Avá-cacoeiro* são hoje uma tribo quase extinta: sabe-se da existência de pouco mais de uma dezena deles no Brasil.

Essa história, narrada pela antropóloga Eliana Granado em entrevista ao programa *As Nações Unidas*, da TV Educativa, há cerca de dois anos, ganha especial significado neste ano de 1993, proclamado pela ONU o Ano Internacional dos Povos Indígenas. Histórias como esta mostram toda a dramaticidade e toda a importância de que se reveste a questão indígena no Brasil, bem como em muitas outras nações do mundo, onde populações inteiras enfrentam uma realidade difícil.

Foi pensando em chamar atenção para a luta em favor dos direitos dos índios que a Assembleia Geral da ONU, em resolução adotada em dezembro de 1990, criou o Ano Internacional dos Povos Indígenas. No próprio texto da resolução, a ONU chama atenção para a necessidade de se buscar soluções para os problemas enfrentados pelos povos indígenas, não só na área dos direitos

humanos, mas também em questões como saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento. A resolução menciona ainda que essa busca deve ser o resultado de uma cooperação internacional, de forma a garantir uma vida melhor para os índios.

Calcula-se que existam cerca de 300 milhões de indígenas em mais de 70 países espalhados por todo o mundo, da região Ártica à Amazônia ou à Austrália. Em alguns países, como o Peru ou a Guatemala, os indígenas chegam a ser quase metade da população. Tendo isso em mente, a ONU criou o tema "Povos indígenas: uma nova aliança" para o Ano Internacional, sugerindo a participação de governos e de organizações não-governamentais na mobilização em favor dessas populações.

As atividades ligadas ao Ano Internacional dos Povos Indígenas serão coordenadas pelo Centro de Direitos Humanos da ONU, com sede em Genebra, e os projetos serão financiados pelo Fundo de Contribuições Voluntárias da ONU para os povos indígenas, criado recentemente.

E entre as muitas atividades relacionadas com o tema, previstas para 1993, destaca-se a Conferência Mundial de Direitos Humanos, a ser realizada em junho em Viena, Áustria. Esse encontro, da maior importância, dará sem dúvida uma atenção especial aos direitos desse que é um dos grupos humanos mais vulneráveis do nosso planeta.

Colaboração do Centro de Informação das Nações Unidas Rio de Janeiro

Expediente

Journal Museu ao Vivo — nº 09 — Ano IV — Janeiro a abril / 93

Editado pela Comunicação Social
Divisão de Documentação
Museu do Índio
Fundação Nacional do Índio

Presidente da Puna
Sydney Pizzurro

Diretor do Museu do Índio
Carlos de Araújo Moreira Neto

Chefe da Divisão de Documentação
Eliete Cádias Bertolotti

Chefe da Divisão Administrativa
Solange Puppato

Jornalista
Cristina de Jesus Botelho Brandão,
reg. prof. 18.678

Consultora Técnica:
Maria Elizabeth Bello Monteiro
(Antropóloga)

Técnico de Laboratório:
João Domingos Lamberton

Mais-Direta: Hilda Araújo

Colaboração: Carlos Peres

Distribuição gratuita

Tiragem: cinco mil exemplares

Apoio Cultural:
Editora EXPRESSÃO E CULTURA

Museu do Índio
Rua das Palmeiras, 55 — Botafogo
Rio de Janeiro — RJ CEP: 22270-070
Tela: 246-8899, 286-8799 e 286-2097
Telex: 37091 Telefex: 286-0845

MV não se responsabiliza por conceitos emitidos em matérias assinadas.

Novos telefones do Museu do Índio:
Diretoria / Secretaria: 286-2097
Divisão Administrativa: 266-2659
Divisão de Museologia: 286-0399
Divisão de Documentação: 286-8799
Divisão de Etnologia: 286-0399

Biblioteca Marechal Rondon: 286-7745
Comunicação Social: 286-8899
Financeiro: 286-8899
Loja Artística: 286-8799
Cine-Fotográfico: 286-8899
Jardim: 286-8799

Em Pauta, Saúde Indígena

Realizadas no 2º semestre de 1992 no auditório do Museu do Índio, as conferências, promovidas pelo Núcleo de Doenças Endêmicas Samuel Pesteira, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz e Museu do Índio / Funai, possibilitaram a ampliação do conhecimento sobre os problemas das populações indígenas brasileiras.

O Suicídio dos Índios Kaiwá

Por: José Carlos Sebe Bonfatti
(professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo)

Um dos fenômenos mais perturbadores que temos na realidade brasileira contemporânea remete ao suicídio dos índios Kaiwá, da Reserva Francisco Horta Barbosa, de Dourados (MS). Muitos autores, de diversas áreas do conhecimento, têm-se proposto a analisar este problema sem que, contudo, tenham resultados positivos, quer em termos de diagnósticos e mesmo de explicações.

Visto "de fora", o elevado número de suicídios desses índios é exibido como se fosse uma "renúncia à vida", e, assim, depois de se evidenciarem os óbvios traumas causados pelos séculos de convívio com os brancos exploradores, parece haver uma explicação mecânica que reduz ao impossível a sobrevivência do Kaiwá junto ao "civilizado". Por falsa, esta constatação merece ser revista. Há, isto sim, uma série de fatos que derrubam o pressuposto do abatimento indígena Kaiwá face ao convívio com o branco, considerado o elevadíssimo crescimento demográfico desse núcleo, fica pelo menos complicado admitir a vocação para o desaparecimento; por outro lado, o conceito de família e a prática da vida comunitária daqueles índios des-

mentem a propalada proposta de auto-extermínio. De igual importância para se avaliar a intenção de sobrevivência são os propósitos de recuperação da língua nativa e, principalmente, do restabelecimento dos rituais, rezadeiras, que através de suas práticas teriam o poder de afastar os maus signos que se abatem sobre a Reserva.

A absoluta falta de consideração dos valores internos dos Kaiwá revela que as explicações do fenômeno suicídio têm sido contempladas, puramente, pela ótica externa. A constatação desta percepção colonizadora é notadamente estranha quando se leva em conta sua resistência na comunidade intelectual, que também não se mostra apta a considerar os argumentos dos próprios índios. Neste sentido, foi feita uma pesquisa, levando-se em consideração a voz do índio, e daí chegou-se à conclusão de que há um jogo simbólico que faz com que o Kaiwá "negocie" com o branco a taxa de suicídio (presente em todas as sociedades), assim como estabeleça um código comunicativo onde a mensagem se resume na frase o grupo externo que, através do suicídio, passa a levar em conta a existência transitória daqueles índios.

Abertura do Ano Internacional em Manaus

A demarcação das terras indígenas, a invasão de seus territórios por madeireiros, mineiros e garimpeiros e a defesa dos direitos desses povos, assegurados pela Constituição, foram as principais questões debatidas durante a abertura do Ano Internacional das Populações Indígenas, em Manaus, no dia 5 de março. A programação, organizada pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia - COIAB, teve como encerramento, no Teatro Amazonas, a dança *Juburua* e

Galiza, apresentada pelos Baniwa e Bari do Rio Negro.

Os Baniwa aproveitaram o evento para divulgar o massacre sofrido há mais de 300 anos. Através da arte e da cultura, pretendem sensibilizar as autoridades para o problema da sobrevivência física e cultural indígena. Orlando Baré, coordenador-geral da COIAB, chamou a atenção para a "preservação do planeta, que começa pela garantia de vida das nações indígenas".

Durante as comemorações, em Manaus, a Fundação Biblioteca Nacional lançou *Muhumáida (Anais da Biblioteca Nacional, v. 109, 1993)* com análise introdutória de David H. Treece, professor da Universidade de Liverpool, e Carlos Moreira Neto, diretor do Museu do Índio.

Henrique João Wilkens, militar português, escreveu o poema *Muhumáida ou o Triunfo da Fé em 1785, logo após os primeiros contatos com os índios Mura do Japurá, no Estado do Amazonas. Em 1976, o antropólogo Carlos Moreira Neto descobriu o manuscrito original da obra no Arquivo Nacional da Torre de Tombo, em Portugal.*



AÑO INTERNACIONAL 1993



Hipótese do Recuo Impossível Epidemia de Suicídio entre os Guarani-Kaiwá:

Por: Anastácio F. Morgado (médico da ENSP/Fiocruz)

O fato de seis jovens Kaiwá terem-se enforcado num período curtíssimo (duas semanas) é, por si só, suficiente para preencher qualquer critério de epidemia. Em uma população de aproximadamente 7.500 indígenas, há informações de que foram registrados 52 suicídios em 1987. A epidemia é mais dramática entre o subgrupo Kaiwá: 14 de seus membros suicidaram-se no ano de 1990, e um tanto outros ocorreram nos anos de 1991 e 1992. De fato, os dados ainda não foram adequadamente analisados do ponto de vista epidemiológico — nem mesmo a ocorrência anual com precisão. Predomina entre jovens de 12 a 20 anos de idade, atingindo igualmente rapazes e moças.

O feitiço do suicídio é *na generis*, com um laço curto garroteia-se o pescoço, sem que o corpo fique dependurado (às vezes os pés ficam arrastando no so-

lo), precedido, em geral, por ritual de despedida dos íntimos: abraçados, os jovens entoam, chorando, tristes canções. Esse tipo de suicídio é muito pouco conhecido — na aparência é um auto-estrangulamento ou auto-asfixia, difícil de ser praticado. Há casos em que os procedimentos, até chegarem ao suicídio, são tão elaborados, que o essencial da causa é tentar obter a mensagem transmitida por esses procedimentos. Por estes entendem-se que não é auto-asfixia, e sim que eles estão sendo asfixiados, estrangulados.

Para explicar epidemia desse tipo, propõe-se aqui a hipótese do recuo impossível: esgotamento de qualquer possibilidade de recuo no espaço diante da civilização ocidental, ao mesmo tempo em que seus valores de dignidade humana são aviltados e corrompidos no exte-

mo. No Brasil, desde a descoberta de seu território, os indígenas têm recuado cada vez mais para o interior, com sucesso, para defender sua cultura, separada da ocidental por cerca de 20 milhões de anos. Não há mais uma só opção de ir para uma floresta e foram virtualmente capturados pela cidade (a aldeia dos Kaiwá fica no perímetro urbano do município de Dourados-MS), mas sem chances de inserção ocupacional condigna. São recusados mesmo para trabalhar como serventes e empregadas domésticas. Em tal situação de desvalia extrema faz vir à tona um rito não encenado em condições normais, o de auto-implantar-se como uma última forma de ainda sobreviver a sua cultura. Houve epidemias de suicídio em indígenas de outros países, mas encontravam-se também em limite de recuo e sem chances de inserção na civilização oci-

dental. Ainda em outros países, e mesmo no Brasil, tribos indígenas foram urbanizadas sem tragédias, como a experimentada pelos Kaiwá, porque tiveram alguma inserção socialmente condigna. A hipótese do recuo impossível é também útil para explicar a tragédia dos 923 suicídios ocorridos em 1978 em Jonestown, na Guiana.

Em um passado bem mais remoto, diante de coerções bárbaras, populações inteiras migraram, às vezes, por rios longínquos e sobreviveram com glória, expandiram-se, prosperaram. Essa alternativa não mais existe para os indígenas, como não existiu para a população acantonada na Guiana na década de 70. Essa questão do espaço não tem merecido a importância de que se reveste.

ENTREVISTA

com * Marcos de Souza Mendes



MV — Quem foi Heinz Föerthmann?

MM — Nascido na Alemanha, em 1915, e naturalizado brasileiro, Föerthmann estudou desenho gráfico e fotografia industrial. Em 1942, entrou no Serviço de Proteção aos Índios - SPI, no Rio de Janeiro, como cinegrafista. Professor de Cinema na Universidade de Brasília, em 1964, foi um dos grandes fotógrafos etnográficos e documentaristas do Brasil. Morreu em 1978, deixando obras sobre os povos indígenas, como *Guido Matliere, um povo indígena de nacionalização* (1946), *Os índios Urubu-Kaapor* (1950), *Funeral Bororo* (1953), *Xingu* (1957), *Kaarap* (1963) e *Jornada Kamayurá* (1968).

Föerthmann foi um grande poeta da fotografia e do cinema, mergulhando no mundo de cada povo indígena através da documentação do seu cotidiano. Seu trabalho não era apenas um mero registro, mas, sim, um compromisso com o homem.

MV — Como surgiu o filme *Heinz Föerthmann*?

MM — Começou com um trabalho de pesquisa de mestrado. A obra de Föerthmann não obteve reconhecimento, sendo

nisse o motivo principal que me levou a fazer esse filme.

O trabalho teve por objetivo tentar resgatar o mínimo do que foi a vida e a obra de Heinz Föerthmann, servindo, também, para fazer um reforçamento da sua filmografia com a recuperação de, aproximadamente, 50 filmes, realizados entre 1942 e 1978, que estavam espalhados pela Europa, Rio de Janeiro e São Paulo.

O documentário consta de fotografias, gravações originais e depoimentos de seus contemporâneos como Darcy Ribeiro, os irmãos Víllas Bôas, Rosita Föerthmann (viúva), esquiador Tucuzé Kamayurá, Luiz Humberto, Vladimir Carvalho e outros.

O material levou cinco anos para ficar pronto (1985 a 1990) e foi uma co-produção da Fundação do Cinema Brasileiro (FBC) e apoio da Universidade de Brasília e do Museu do Índio. O recurso cedido pela PCB não foi suficiente, quando então recorri à Embaixada da Alemanha, que viabilizou o filme.

MV — Qual a contribuição do Museu do Índio para a realização do projeto?

MM — O Museu, com seu maravilhoso acervo cinematográfico, foi fundamental

para a execução desse trabalho, na medida em que facilitou e entendeu a importância do projeto. Destaco a participação do laboratorista Lamônica, que muito colaborou com a pesquisa.

No início de sua carreira, em 1942, Föerthmann ajudou a compor esse acervo variado e valioso. Esse período, quando o Museu do Índio era parte da Seção de Estudos do antigo Serviço de Proteção aos Índios, foi o mais significativo na sua carreira como cineasta.

Entre 1949 e 1950, juntamente com o antropólogo Darcy Ribeiro, realizou documentários sobre os Urubu-Kaapor. Föerthmann já tinha anos de experiência de campo, o que facilitou seu entrosamento com Darcy, surgindo, assim, dois trabalhos fun-

damentais para a Antropologia Visual brasileira: *Índios Urubu-Kaapor* (1950) e *Funeral Bororo* (1953).

O Museu do Índio é um centro de memória indígena e também da memória do cinema brasileiro, já que possui obras de cinegrafistas importantes no cenário filmográfico nacional desde a época de Rondon até os anos 60.

* Marcos de Souza Mendes, 37, carioca, residente em Brasília, é cineasta e professor da Universidade de Brasília.

Heinz Föerthmann premiado, em 1990, no Festival de Gramado (RS) como melhor mídia-metragem e, em 1991, prêmio especial de júri na Jornada Latino-Americana da Bahia. Selecionado, em 1991, para o Festival de Havana, em Cuba, e para uma mostra de filmes sobre o Índio brasileiro em Bolonha, Itália.

A Erva que veio dos Índios



Se alguém foi convidado para tomar um chá de *chá-paraguaienseiro*, talvez estranhe o convite, mas se for chamado para beber uma saborosa xícara de chá-mate certamente não vai recusar. *Illex* é apenas o nome científico da erva-mate; base do famoso chá. Foi o cientista botânico Auguste Saint-Hilaire quem batizou a erva em 1822, classificando a planta através de amostras recolhidas em Curitiba, no Paraná. A erva-mate é nativa da região sul do Brasil, e além do Paraná ela é encontrada no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e em pequenas áreas do Mato Grosso do Sul e Paraguai.

Muito antes de Cabral e sua tripulação aportarem por aqui, os índios Guarani já tinham descoberto as delícias do mate. Eles acreditavam na força do líquido como renovador das forças e atribuíam à erva poderes curativos. Sábios esses índios que, em gesto de amizade, logo ensinaram aos colonizadores portugueses e espanhóis o

costume de beber o mate. Felizmente o homem branco não é dado a guardar segredos e o hábito foi logo difundido. Atualmente, o chá-mate é produzido em larga escala, sendo a Leão Júnior a principal produtora no país. Como todo produto natural que se preze, a erva-mate requer atenção de quem se dispõe a cultivá-la. A planta cresce associada aos Pinheirões do Paraná, as chamadas *araucárias angustifoliae*.

A erva-mate floresce na primavera, quando apresenta cachos de 30 a 40 frutas agrupadas às folhas e chega a atingir 10 metros de altura. A colheita, ou seja, a poda das folhas é feita, normalmente, no inverno. A primeira poda acontece quando a planta atinge os dois anos, e aos sete alcança produção plena. O período de vida de uma orveira pode ultrapassar 100 anos. A erva-mate pode ser consumida verde (na forma de chimarrão) ou tostada (como chá quente ou gelado).

26 Grandes Colaboradores do Museu do Índio

O Museu do Índio agradece o apoio de empresas privadas e órgãos governamentais ao projeto de revitalização da instituição. Precisamos que muitos outros amigos se juntem a nós:

- Associação Comercial do Rio de Janeiro
- Cartrive
- Cindurb
- Corpo de Bombeiros
- Criar
- Defesa Civil
- Desenvolvimento Carique
- Dowelano
- Editora Expressão e Cultura
- Fábrica de Tecidos Bangu
- Feema
- Filigrama Papéis Especiais
- Forte Copacabana
- Furnas Centrais Elétricas
- Imprensa do Estado
- IAP
- Audiovisual e Cinefoto
- Jambô Tintas
- Leão Júnior S.A. (Matte Leão)
- Light
- Microservice
- Mills Equipamentos
- Plaster
- Textat
- Teleg
- Vale do Rio Doce

Exposição no Playtoy cine-teatro Ano Internacional

Exposição de fotos e objetos dos povos indígenas brasileiros de 7 de abril a 2 de maio, no Parque de Diversões Playtoy (Av. Alameda, 2150 — Barra da Tijuca/RJ).

Horário: 9 e 17, das 14 às 20h; sábado, das 14 às 22h e domingo e feriados, das 10 às 22 horas.

IMPRESSO